AGTU – THE GLOBAL UNIVERSITY

ESTUDO DE CASO: ORGANIZANDO O ESPAÇO ESCOLAR PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS DO ESPECTRO AUTISTA

AUTOR: ANA PAULA DA VEIGA FERREIRA

Essse trabalho traz como objetivo verificar o processo de inclusão educacional de uma escola de ensino médio da periferia para o recebimento de alunos do espectro autista. A pesquisa se relizará por meio de estudo bibliográfico para que possa responder a seguinte indagação: como deve ser a organização de uma escola da periferia no recebimento de 10 (dez) alunos autistas, sendo destes, 06 meninos e 04 meninas, de forma a se concretizar o processo de ensino aprendizagem?

Esse é um assunto bastante presente nas escolas públicas do Brasil. Essas escolas enfrentam inúmeras dificuldades para fazer com que o processo de inclusão se torne eficiente. Para que a educação inclusiva aconteça existe legislação vigente no Brasil e no mundo. Para citar como se deu o processo da educação inclusiva aqui no Brasil, trago os autores Bezerra e Antero (2020), que em seus artigos “Um breve histórico da educação inclusiva no Brasil”, apresentam um aparado histórico sobre como se deu o processo de evolução da educação especial no Brasil. Segundo eles primeiro ocorreu a criação de alguns institutos que citam Nascimento, Costa e Torres (2020), eram mais voltados para as pessoas com deficiência visual e auditiva.

Ainda pautada nos estudos de Bezerra e Antero (2020), já em meados do século XIX, tem início uma articulação voltada para uma política da educação especial. Nesse período surgem instituições como o Instituto Pestalozzi do Brasil e a Associação de pais e amigos dos excepcionais (APAE). A APAE acaba predominando no país devido o despreparo da escola

pública para atender as necessidades individuais dos alunos deficientes. Em 1997 sob a orientação do Ministério da Educação (MEC), foi desenvolvida a política de educação especial. Essa política definia a criação de classes especiais e escolas especiais. A partir dos anos 80 houve a criação de instituições na área de deficiência mental. Para a educação dos portadores de necessidades educativas especiais, a constituição de 1988 traz mudanças significativas.

Como resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, em Junho de 1994, foi elaborada a Declaração de Salamanca. Esse documento tem o objetivo de orientar organizações e governos definindo a política, " para inspirar a ação dos governos de organizações internacionais e nacionais de ajuda, de organizações não governamentais e de ouros organismos na aplicação da Declaração de princípios, política e prática para necessidades educativas especiais", (BEZERRA E ANTERO, 2020, p. 3).

Bezerra e Antero (2020) continuam mostrando em sua pesquisa que após esse período já em 1996, é publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Que vem afirmar que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Dispondo sobre o Atendimento Educacional Especializado é promulgado o decreto em 2011 nº 7.611.

Então esses são para os autores os elementos relevantes e que apresentam os avanços significativos da educação inclusiva. Eles expõem em seus trablho o resultado das suas pesquisas sobre "os principais documentos legais que ordenam e regulam os procedimentos da Educação Inclusiva no Brasil dos anos de 1990 até a contemporaneidade" (BEZERRA E ANTERO, 2020, p. 4). Cito aqui agora: Declaração de Salamanca (1994), Portaria Mec nº 1.793 (1994), a atual Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96 (1996), Decreto nº 3.298 (1999), Resolução CEB Nº 4 (1999), Resolução CNE/CEB (2001), Plano Nacional de Educação Lei nº 10.172 (2001), Programa de Acessibilidade no Ensino Superior

(Programa Incluir) (2005), PDE Decreto nº 6.094 (2007), Decreto nº 7.611 (2011), Lei nº 146 (2015) e a Lei nº 409 (2016). Para os autores mesmo com todo esse aparato de leis a educação inclusiva ainda é um grande desafio para as escolas de modo geral.

Após a verificação do processo histórico e da legislação vigente para a educação inclusiva. Verificarei como se dá o processo da inclusão escolar de uma forma eficaz. Schmidt et al., 2016 vem nos dizer que por mais que exista políticas públicas de inclusão que garantem que os alunos com deficiência estejam inseridos na rede regular de ensino, eles ainda acreditam que há outras dificuldades envolvidas nesse processo. Que para eles resultam na defasagem escolar.

Gomes e Mendes 2010, vem nos mostrar em suas pesquisas que de acordo com os dados do Censo Escolar do Ministério da Educação e Cultura (MEC/INEP) houve um aumento no número de matrículas de alunos com necessidades educacionais de ensino. Entre os anos de 1998 e 2006, o aumento foi de 640% nas escolas regulares contra 28% nas escolas e classes especiais. Os autores destacam ainda, o crescimento de 146% de matrículas de alunos especiais em escolas públicas regulares com a diferença de 64% em escolas privadas. E entre esses alunos encontram-se os alunos com autismo como destacam Gomes e Mendes (2010). Para especificar os transtornos globais os autores se utilizam dos conceitos da Associação Americana de Psiquiatria (2022), para dizer que “os transtornos são caracterizados por alterações qualitativas na interação social recíproca, na comunicação e pela presença de um padrão restrito e repetitivo de comportamento, com início dos sintomas, no geral, antes dos três anos de idade”, (GOMES e MENDES, p. 2, 2010).

Hehir et al. 2016, vem nos falar que por mais que a inclusão seja complexa, este processo vem contribuir para o desenvolvimento da criança que apresenta necessidade educacional especial, assim também como contribui para o desenvolvimento dos colegas de turma.

Diante desse contexto, recorro ao trabalho de Favoretto e Lamônica (2014), que mostram que a educação de um modo a atender as necessidades dos alunos deve assegurar: currículo, métodos, técnicas, recursos educativos específicos e tecnologias assistivas. “É de extrema relevância que o professor seja sempre capacitado a atender as demandas de seus alunos no que tange aos processos de aprendizagem, uma vez que é o responsável pela transmissão de conhecimentos acadêmicos, acompanhamento infantil e integração de seus alunos, fazendo com que o ambiente de sala de aula seja prazeroso para o desenvolvimento de aprendizagens acadêmicas e sociais” (FAVORETTO e LAMÔNICA, p. 2, 2014).

Bezerra (2021) vem falando sobre a importância de uma rede de apoio, tanto aos profissionais, quanto aos discentes. Essa rede de apoio a qual a autora cita, vem possibilitar “a efetiva inserção e participação deste estudante no ambiente escolar” (p.8), além é claro, do acesso aos mecanismos institucionais básicos que darão suporte aos estudantes. A autora apresenta em seu trabalho uma proposta de formação continuada onde ela expõe os pontos primordiais para uma educação iclusiva ser efetivada. Que são: contextualização das ações de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas, caracterização do TEA, plano educacional individualizado (PEI), estratégias para o acompanhamento de alunos com TEA. Contudo, como Bezerra (2021) mesmo destaca, “na criação deste produto educacional não se teve a intenção de elaborar um guia ou modelo passo a passo para as ações de inclusão de alunos com TEA. Ao contrário, buscou-se colocar em evidenciar os caminhos possíveis para construção de uma proposta educacional que se considere as especificidades destes estudantes” (p. 11). Destacando que o docente tem papel primordial para que a educação inclusiva de alunos com Tea aconteça.

Outra proposta ainda pouco utilizada nas escolas brasileiras, a qual trago aqui agora, é o ensino colaborativo ou o coensino. Essa proposta favorece às práticas pedagógicas

inclusivas que de acordo com Ramos (2022) favorece e contribui para a aprendizagem de todos os alunos. Ramos (2022) vem nos mostrar em seu trabalho de pesquisa alguns estudos “como de Rabelo (2012),; Vilaronga e Mendes (2014) e Capellini (2015)” (p. 21). Que apontam a contribuição do coensino ao processo de inclusão, essa prática se baseia na parceria do professor da escola regular com o professor especializado. Na qual as estratégias de ensino são traçadas juntos em colaboração de ambas as partes dos profissionais envolvidos.

Ramos (2022) fala que nessa estratégia de ensino, o professor regular e o professor especializado são os responsáveis pelo processo. Cada um contribuindo com o seu conhecimento, traçando estratégias de ensino juntos, de maneira que, a turma toda seja agregada, buscando sempre os alunos que apresentam maiores dificuldades. “Nessa relação, os dois professores se tornam responsáveis pelo processo, cada qual contribui com seu saber, a fim de proporcionar um ensino mais efetivo para todos” (RAMOS, p. 22, 2022).

Para Vilaronga (2014), o ensino colaborativo é uma divisão de responsabilidade, para o professor comum e o professor especializado. Responsabilidade relacionada ao ato de planejar, instruir e avaliar o ensino, de uma turma heterogênea de alunos. Assim para Capellini (2015), o ensino colaborativo tem como principal benefício o suporte que o professor da sala comum recebe com relação ao planejamento, as práticas e a avaliação do processo. A autora destaca a importância que o professor da classe comum de acreditar na aprendizagem de todos os estudantes e também garantir que todos tenham acesso ao mesmo currículo, por mais que as vezes será necessário adaptações para garantir a aprendizagem.

De acordo ainda com Capellini (2015), muita das vezes ainda predomina o pensamento de que para se ter um ensino de qualidade, seja necessário o uso de “métodos mirabolantes, mas na realidade, o professor especializado precisa conhecer e dominar estratégias de ensino que aprimorem a comunicaçao e que minimizem eventuais problemas

comportamentais" (p. 3). Pois, para a autora outro benefício do ensino colaborativo está no sentido de que o professor especializado deve ter a compreensão que não cabe somente ao professor da classe comum a responsabilidade do sucesso da escolarização. Mas sim, o trabalho que é realizado de forma colaborativa, até mesmo com a participação da família e de todos os membros participantes da rede de apoio.

Capellini (2015) destaca a forma de implementação do modelo de ensino colaborativo. Dizendo que, primeiro a escola, ou seja, a equipe envolvida no processo deve ter o entendimento quanto ao conceito de "participação, de trabalho em equipe, de parceria, de gestão democrática, pois estes elementos são essenciais para o bom desenvolvimento" (p. 4).

Na perspectiva educacional inclusiva efetiva atual, a relação entre escola e instrumentos tecnológicos formam uma boa relação. Batista (2021), afirma que "o processo de aprendizagem envolvendo as tecnologias ajuda a facilitar a socialização do indivíduo com TEA" (p. 6). Nesse caso, a tecnologia assistiva auxilia os alunos com TEA em sua comunicação e socialização. Rompendo as barreiras que limitam a comunicação e que não permitem essas pessoas a expressarem seus desejos e vontades. Batista (2021), atenta ainda, a importância da existência de um comprometimento pedagógico. Esse comprometimento deve existir por parte da escola, do docente e também com o cumprimento de políticas públicas de educação inclusiva.

De acordo com Oliveira (2020) é necessário que antes que se inicie qualquer método de intervenção, organizar o planejamento de acordo com as etapas de vida do aluno. A autora destaca, que para os adolescentes e adultos com TEA, "os objetivos seriam os grupos de habilidades sociais, terapia ocupacional e sexualidade" (BOSA apud OLIVEIRA 2020, p. 22).

Oliveira (2020) cita em seu trabalho “o tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits relacionados com a Comunicação (TEACCH), Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (PECS) e Applied Behavior Analysis (ABA)” (p. 23).

Percebe-se que existem vários métodos e técnicas possíveis de ser utilizados com os alunos autistas. Durante esta pesquisa foi possível verificar que muitos estudos foram e estão sendo desenvolvidos sobre as técnicas de ensino utilizadas e que se tornam eficazes no ensino aprendizagem de alunos com o Transtorno do Espectro Autista. Através deste trabalho foi possível fazer um breve contexto histórico sobre o surgimento dos dirietos das pessoas com necessidades educacionais especiais, a legislação vigente no país e por fim, uma breve busca bibliográfica com autores e estudiosos da área que apresentam alternativas que auxiliam o processo de ensino aprendizagem. Como a importância da rede de apoio, o uso do PEI, o coensino e o uso das tecnologias assistivas. Tudo com o objetivo de que o ensino seja concretizado eficazmente.

REFERÊNCIAS:

Associação Americana de Psiquiatria. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*: texto revisado. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BATISTA, Lourdes Salvador dos Santos. TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO RECURSOS EDUCACIONAIS PARA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. Disponível em: 2021_arti_lourdesbatista.pdf (unilab.edu.br)

BEZERRA, Lourayne Natiely Vanderlei; Antero Katia Farias. UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL. Coneddu VII congresso nacional de educação 2020. Disponível em: TRABALHO_EV140_MD4_SA11_ID_14082020134026.pdf (editorarealize.com.br)

BEZERRA, Marli de Figueiredo. Formação docente para a inclusão de alunos com transtorno do espectro autista no ensino médio integrado. Sertãozinho – SP, 2021.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Ensino Colaborativo: Uma Proposta para a Escolarização do Estudante com Transtorno Global do Desenvolvimento. Disponível em: unesp-nead-iep3-redefor-ee-tgd-d14-texto1-2015.pdf

Favoretto, N. C.; Lamônica, D. A. C. (2014). Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico. *Revista Brasileira de Educação Especial*, *20*(1), 103-116.

GIRALDI, L. P. B.; CAPELLINI, V. L. M. F. Ensino Colaborativo junto ao Estudante com Altas habilidades e superdotação. São Paulo: AVA Moodle Unesp [Edutec], 2015. No prelo. Trata-se do texto 1 da disciplina 14 do curso de Especialização em Educação Especial/Altas Habilidades ou Superdotação da Rede São Paulo de Formação Docente.

Gomes, C. G. S.; Mendes, E. G. (2010). Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Educação Especial*, *16*(3), 375-396.

Hehir, T.; Grindal, T.; Freeman, B.; Lamoreau, R.; Borquaye, Y.; Burke, S. (2016). *Os benefícios da Educação Inclusiva para estudantes com e sem deficiência* São Paulo: Instituto Alana.

NASCIMENTO, Álisson Raul Melo; CHAVES, Valdianny da Glória Albuquerque; COSTA, Maria Adilza; TORRES, Vanessa Cavalcanti. Linha Do Tempo Na Educação Inclusiva: Tecnologias Como Subsidio Para Aprendizagem.

OLIVEIRA,Tayara Camila da Costa. AUTISMO: MÉTODOS E TÉCNICAS UTILI ZADOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM. MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO MEDIANEIRA 2020. Disponível em: Gilvete Maraschin (utfpr.edu.br).

RAMOS, Andréa Karine Menezes de Oliveira R175i A inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil: demandas docentes / Andréa Karine Menezes de Oliveira Ramos. Paranaguá, 2022.

Schmidt, C.; Nunes, D. R. P.; Pereira, D. M.; Oliveira, V. F.; Nuernberg, A. H.; Kubaski, C. (2016). Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. *Psicologia: teoria e prática*, *18*(1), 222-235.

VILARONGA, C. A. R. Colaboração da Educação Especial em sala de aula: Formação nas práticas pedagógicas do Coensino. 2014. 216f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial: UFSCar, São Carlos, 2014.